



Número: **0801876-98.2018.8.15.0141**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Catolé do Rocha**

Última distribuição : **22/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.156,25**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARLUCE MARIA DE LIMA (AUTOR)		RAIMUNDO ANTUNES BATISTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36285802	05/11/2020 11:37	Petição	Petição
36285804	05/11/2020 11:37	2659978_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_03	Outros Documentos
36285807	05/11/2020 11:37	2659978_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02	Outros Documentos
36285810	05/11/2020 11:37	2659978_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

EM ANEXO



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA**DADOS DO SINISTRO**

Número: 3180214728 **Cidade:** Catolé do Rocha **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: MARLUCE MARIA DE LIMA **Data do acidente:** 23/03/2017 **Seguradora:** ALFA SEGURADORA

PARECER

Diagnóstico: TRAUMA EM QUADRIL DIREITO

Descrição do exame médico pericial: QUADRO DE DOR INTENSA EM QUADRIL DIREITO
DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 15°
DÉFICIT DE FORÇA ABDUTORA GRAU II
ATROFIA MUSCULAR EM GLÚTEO DIREITO
DIMINUIÇÃO DA EXTENSÃO EM 10°

Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 23/03/2017 COM DIAGNÓSTICO DE TRAUMA EM QUADRIL DIREITO. O MESMO FOI SUBMETIDO A INTERNAÇÃO POR UM PERÍODO DE 72 HORAS ONDE PERMANECERAM EM ANALGESIA PARA CONTROLE DAS DORES E REALIZAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM DEVIDO A QUADRO DE DOR INTENSA EM QUADRIL DIREITO, RECEBEU ALTA HOSPITALAR COM USO DE ANALGÉSICOS. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E NÃO REALIZOU SESSÕES DE FISIOTERAPIA. NO MOMENTO ENCONTRA-SE EM ALTA ORTOPÉDICA.
APRESENTA QUADRO DE DOR INTENSA EM QUADRIL DIREITO, DIMINUIÇÃO DA FLEXÃO EM 15°, DÉFICIT DE FORÇA ABDUTORA GRAU II, ATROFIA MUSCULAR EM GLÚTEO DIREITO DE FORMA RESIDUAL, DIMINUIÇÃO DA EXTENSÃO EM 10°,

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO QUADRIL DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 25/05/2018

Conduta mantida:

Observações: REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR

Médico examinador: TIAGO MARTINS FORMIGA

CRM do médico: 8085

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um quadril	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: JANICE DE ALMEIDA PINTO MIGUEZ

CRM do médico: 52.63583-9

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 06/06/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARLUCE MARIA DE LIMA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03518

CONTA: 000000009687-0

Nr. da Autenticação F7DDF99317873182





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CATOLE DO ROCHA/PB

Processo: 08018769820188150141

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARLUCE MARIA DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CATOLE DO ROCHA, 3 de novembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 05/11/2020 11:37:58
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110511375884000000034644562>
Número do documento: 20110511375884000000034644562